

A indústria de invasões

Não há outra solução habitacional para os grupos sociais carentes do Distrito Federal senão por meio de assentamentos em áreas disponíveis e apropriadas ao desenvolvimento urbano. A política posta em vigor pelo governador Joaquim Roriz tem exatamente esse perfil e não se configura em novidade alguma. No período anterior em que esteve à frente do GDF, o atual titular do Buriti já havia abraçado calorosamente a idéia dos núcleos residenciais próprios para aqueles contingentes de necessitados. Vem daí a inovação nas diretrizes gerais de ocupação do solo, no tocante ao atendimento às populações atiradas ao desabrigio e expostas as mais infamantes condições de sobrevivência.

A sociedade sempre compreendeu a correção de semelhante política, tanto que a consagrou nas urnas pela eleição, já em primeiro turno, do então candidato a governador, Joaquim Roriz. Essa é a face do problema com a sua respectiva solução. Outra coisa bem diferente é a invasão sistemática de áreas por ativistas profissionais ou por estes insuflada, mediante promessa de breve regularização da posse. Trata-se de manobras escusas com fins extorsivos, pois os invasores são convidados a contribuir com dinheiro para conseguir a "regularização". E os beneficiários de tal escândalo são os investigadores da ocupação ilegal de terrenos. Portanto, um abuso que o poder público não pode tolerar.

Segue daí a decisão do governador Roriz de tratar a questão com natural

energia, no caso pela notificação dos "profissionais de invasão", como está dito na nota oficial divulgada a respeito, para que deixem os locais invadidos no prazo de 72 horas. A desobediência levará inexoravelmente à expulsão sem outras formalidades.

Ora, da mesma maneira que a população entende a necessidade de uma política planejada de assentamentos, observados os critérios há tempos definidos, entre os quais prazo mínimo de cinco anos de domicílio no DF. Também dá suporte a medidas destinadas a evitar abusos. A ocupação desordenada e criminosa dos espaços, em um trato do território nacional confinado às implicações políticas da capital da República, acabaria por implantar o caos. O Governo não deve convalidar semelhante absurdo, daí as providências agora adotadas por Roriz.

Se, acaso, a invasão se convertesse no pressuposto para conquista de um direito, como supõem os invasores e aqueles que irresponsavelmente os comandam, o Distrito Federal haveria de transformar-se em um vasto acampamento de ciganos e de exploradores de toda ordem. Garantido como está, pois, o acesso ao assentamento a pessoas cadastradas, já comprovadamente carentes, é obrigação do Governo, como entendem Joaquim Roriz e a sociedade, reprimir com energia máxima a indústria de invasões. Ou se faz isso, ou se atrairá em direção ao DF insuportável fluxo migratório.